

Nota explicativa das Demonstrações Contábeis

AGREG SEMENTES S.A.

31 de dezembro de 2024

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Agreg Sementes S.A. (“Companhia” ou “Agreg Sementes”), inscrita no CNPJ sob o nº 41.989.080/0001-37, com sede na Avenida Tiradentes, nº 1841, sala 809 do Edifício Prime Centro Empresarial, Centro, em Rondonópolis-MT, CEP 78700-028, é uma sociedade anônima de capital fechado desde 16 de Agosto de 2024, quando foi transformada em S.A.

A Agreg Sementes atua na multiplicação de sementes de soja, detém licenças para sementes de milho e presta atendimento ao produtor rural, oferecendo um portfólio de insumos biológicos, adjuvantes, inoculantes e soluções avançadas para nutrição foliar.

1.1 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, um marco significativo foi alcançado com a promulgação da Emenda Constitucional nº 132, que introduziu a tão aguardada Reforma Tributária. Este novo modelo tributário adota um sistema de IVA dual, distribuído entre duas esferas de competência: uma federal e outra subnacional.

Na esfera federal, foi criada a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirá o PIS e a COFINS. Já na esfera subnacional, teremos o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que assumirá o lugar do ICMS e do ISS. Além disso, a reforma instituiu o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, que incidirá sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, conforme detalhado em lei complementar.

Em 16 de janeiro de 2025, a Lei Complementar 214/2025 foi publicada, trazendo a regulamentação inicial de parte da Reforma, abrangendo a criação do IBS, CBS e IS. Contudo, é importante ressaltar que essa lei ainda requer regulamentações adicionais para sua completa efetivação. Atualmente, o PLP 108/2024 está em análise no Senado Federal, com o objetivo de regulamentar aspectos cruciais como o Comitê Gestor do IBS, a distribuição da arrecadação entre os entes federativos e os procedimentos de lançamento e fiscalização do tributo.

Um período de transição está previsto entre 2026 e 2032, durante o qual os sistemas tributários antigo e novo coexistirão. Os impactos totais da Reforma na apuração dos tributos mencionados só serão completamente compreendidos após a finalização da regulamentação dos temas pendentes. Por essa razão, a Reforma não apresentou qualquer impacto nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da **Agreg Sementes S.A.**, encerradas em 31 de dezembro de 2024, apresentam informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia, por meio do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

Essas demonstrações foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da **Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/1976, com alterações posteriores)**, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo **Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)** e normas emitidas pela **Comissão de Valores Mobiliários (CVM)**, quando aplicáveis.

3. REGIME DE CONTABILIZAÇÃO

O resultado foi apurado de acordo com o **regime de competência**, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

4. POLÍTICA CONTÁBIL E CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS

As principais práticas contábeis na elaboração das demonstrações contábeis levaram em conta as características qualitativas conforme determina a NBC TG 1001 do CFC – Conselho Federal de Contabilidade: Compreensibilidade, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integridade, Comparabilidade, Tempestividade e Equilíbrio entre Custo e Benefício. Eventuais situações para as quais a NBC TG 1001 não contemplava uma política contábil, foram adotadas subsidiariamente as normas completas do CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

5. CONTABILIDADE TERCEIRIZADA

Os administradores da empresa optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da empresa, declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da empresa em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da empresa, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista, que referenda

estas demonstrações contábeis, está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da empresa a este profissional.

6. MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que constitui a moeda funcional da Companhia, conforme previsto nos itens 30.2 a 30.4 da NBC TG 1001 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Assim ativos, passivos e resultados apresentados nas demonstrações contábeis, mesmo quando contratados em moeda estrangeira, foram ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidos para Reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Os eventuais ganhos e perdas resultantes do processo de conversão foram transferidos para o resultado do período atendendo ao regime de competência.

7. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos considerados contingentes não foram reconhecidos conforme previsto na Seção nº 21 da NBC TG 1001 expedida pelo Conselho Federal de Contabilidade. As provisões quando constituídas encontram-se fortemente alicerçadas nas opiniões dos assessores jurídicos ou advogados, levando em conta a natureza das ações, à similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Assim, a administração considera que tais provisões são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. Mesmo que algum passivo esteja sendo discutido judicialmente, tal obrigação, é mantida até o ganho definitivo quando não couberem mais recursos ou quando da sua prescrição.

8. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A LEI DAS S.A E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC)

A Companhia declara que a elaboração e a apresentação das demonstrações contábeis foram realizadas em conformidade com a Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis às sociedades anônimas de capital fechado. A administração da Companhia avaliou a adequação das demonstrações contábeis às normas contábeis vigentes no Brasil e concluiu que as mesmas representam de forma apropriada a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia.

9. DETERMINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi apurado com base no regime de competência, segundo o qual receitas e despesas são reconhecidas nos períodos em que ocorrem, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com a Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis às sociedades anônimas de capital fechado.

10. PRINCIPAIS CONTAS

a. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A **Companhia** considera como **caixa e equivalentes de caixa** o caixa físico, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez imediata, com vencimento original de até três meses, que sejam prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e apresentem risco insignificante de variação de valor. Esses recursos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentada a seguir:

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Caixa e Bancos	3.198.820	4.526.992
Vexpenses	13.542	-
Aplicação Rende Fácil Banco do Brasil – Pós Fixado	374.126	-
Total	<u>3.586.488</u>	<u>4.526.992</u>

Aplicação Rende Fácil Banco do Brasil - PÓS FIXADO

Fundo de investimento baixo risco, Liquidez diária, líquidos de IR e IOF. Investimento onde os resgates e aplicações são automáticos. O BB Rende Fácil é um CDB (Certificado de Depósito Bancário), rende um percentual do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e se enquadra no risco “Muito Baixo”. Além de contar com a solidez do Banco do Brasil, o BB Rende Fácil conta também com a segurança do FGC (Fundo Garantidor de Créditos) de até R\$ 250 mil por CNPJ. Sobre os rendimentos haverá incidência de IR (Imposto de Renda) e IOF (Imposto Sobre Operações Financeiras) com

tabela regressiva, também de forma automática. As aplicações e resgates automáticos ocorrem com qualquer valor de movimentação, ou seja, a partir de R\$ 0,01. A rentabilidade é crescente, de acordo com o tempo de permanência na aplicação podendo chegar a 100% do CDI. Ao passar para uma nova faixa de rentabilidade, esta é aplicada para todo o período. O BB Rende Fácil é um CDB (Certificado de Depósito Bancário), dessa forma, está sujeito à tributação de Imposto de Renda, decrescendo de 22,5 a 15%, com base na tabela progressiva e a depender de quanto tempo você deixa o dinheiro aplicado. Também incide IOF para resgates com menos de 30 dias da aplicação. Quanto maior o tempo, menor o imposto.

TEM:

Liquidez diária

Risco muito baixo

Tributação automática de IR e IOF (com tabela regressiva)

Cobertura do FGC até R\$ 250 mil

VExpenses

A Companhia disponibiliza aos seus colaboradores um cartão corporativo, destinado ao pagamento de despesas relacionadas às atividades operacionais. Todas as transações realizadas são registradas e monitoradas por meio da plataforma VExpenses, que permite o controle detalhado das despesas, incluindo classificação contábil automática, conciliação financeira e prestação de contas.

A utilização do cartão corporativo está sujeita a limites definidos por usuário, categoria de despesa e centro de custo, visando assegurar o cumprimento do orçamento e a conformidade com as políticas internas da Companhia.

Além disso, a plataforma possibilita a emissão de relatórios analíticos e gerenciais, proporcionando maior transparência e controle sobre os gastos corporativos, bem como a redução de riscos relacionados a despesas indevidas ou não autorizadas.

b. RECEBÍVEIS A CURTO PRAZO

Os recebíveis a curto prazo da Companhia, conforme evidenciado no balancete para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, totalizam R\$ 17.502.222,28. Esses valores representam os direitos da Companhia a serem realizados no curso normal das operações ou dentro de um período de até doze meses a contar da data-base das demonstrações financeiras.

A seguir, detalhamos a composição e a movimentação dessas contas:

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Cliente e Outros Créditos	7.169.900	6.500.053
Adiantamento de Funcionários		7.422
Adiantamentos de Fornecedores	2.643.969	348.088
Adiantamento de Comissões	300.000	-
Devolução de Vendas	-117.000	-
Impostos e Contribuições a Recuperar e Compensar	7.168.711	4.146.940
Outras Contas a Receber	336.643	11.245.904
Total	<u>17.502.222</u>	<u>22.248.408</u>

Cientes e Outros Créditos

Este subgrupo compreende os créditos gerados nas operações comerciais da Companhia, refletindo as vendas a prazo e outros direitos correlatos.

Duplicatas a Receber

Este é o item mais representativo dos créditos com clientes, originado de vendas a prazo de bens e/ou serviços. Refere-se às vendas a prazo realizadas pela Companhia. O saldo de R\$ 7.169.900 em 31/12/2024, comparado a R\$ 6.500.053 em 31/12/2023, evidencia crescimento das operações comerciais. A Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), calculada com base na experiência histórica e nas condições de mercado.

Adiantamento a Funcionários

Corresponde a valores antecipados a colaboradores, totalizando R\$ 7.422 em 31/12/2024. Tais adiantamentos são rigorosamente controlados e apropriados contra a folha de pagamento ou mediante prestação de contas.

Adiantamento a Fornecedores

Compreendem pagamentos efetuados antecipadamente a fornecedores, visando à aquisição futura de bens ou serviços essenciais. O saldo apresentou incremento significativo, passando de R\$ 348.088 em 2023 para R\$ 2.643.969 em 2024, refletindo maior volume de pré-pagamentos para assegurar fornecimento e condições comerciais favoráveis.

Adiantamento de Comissões

Refere-se a pagamentos antecipados a representantes comerciais e terceiros, vinculados a resultados futuros de vendas, totalizando R\$ 300.000 em 31/12/2024. O reconhecimento da despesa é realizado de acordo com o regime de competência.

Impostos e Contribuições a Recuperar/Compensar

Este grupo engloba os créditos tributários e contribuições que a Companhia possui direito de recuperar ou compensar com débitos futuros de impostos e contribuições. A gestão desses créditos é uma prática contínua da Companhia para otimizar o fluxo de caixa e a carga tributária.

Outras Contas a Receber

Este grupo engloba outros direitos a receber que não se classificam nas categorias anteriores, mas que são relevantes para as operações da Companhia.

Compreende direitos a receber não classificados nas categorias anteriores, totalizando R\$ 336.643 em 2024, em comparação a R\$ 11.245.904 em 2023. O saldo de 2023 incluía empréstimos concedidos, integralmente liquidados ou regularizados em 2024.

A Companhia adota políticas claras para a concessão e gestão de empréstimos a partes relacionadas, abrangendo prazos de vencimento, taxas de juros (quando aplicáveis), condições de reembolso e eventuais garantias associadas. Essas operações são continuamente monitoradas, a fim de assegurar conformidade com as diretrizes de governança corporativa e com a legislação vigente.

c. ESTOQUE

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e produção. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque “custo médio ponderado”.

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Mercadoria para Revenda	3.467.823	2.885.834
Remessa para Deposito de Terceiros	936.602	-
Total	<u>4.404.425</u>	<u>2.885.834</u>

d. ATIVO NÃO CIRCULANTE

Os investimentos permanentes e relevantes são avaliados pelo custo de aquisição. Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment), quando necessário.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e têm seu valor líquido registrado no resultado como outras receitas. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores mensuráveis de forma confiável.

Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do período quando incorridos.

Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado nas taxas de depreciação promulgadas pela legislação fiscal brasileira. A depreciação é reconhecida no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a vida útil dos bens do imobilizado, em anos, está apresentada a seguir:

	<u>Vida útil em anos</u>
Veículos	5
Imóveis	35
Máquinas e Equipamentos	10

A movimentação do custo, da depreciação acumulada e do valor contábil líquido é apresentada a seguir:

	Informática	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Aeronaves	Total
Custo:					
Em 31 de Dezembro de 2023	87.068	102.610	0	0	189.678
Adições	110.861	246.169	42.890	10.617.500	11.017.421
Baixas/Transferência	3.785	158	1.404	0	5.346
Em 31 de Dezembro de 2024	194.144	348.622	41.486	10.617.500	11.201.753
Em 31 de Dezembro de 2022					
Em 31 de Dezembro de 2022	0	0	-	-	-
Adições	101.594	202.719	-	-	304.313
Baixas/Transferência	14.526	100.109	-	-	114.635
Em 31 de Dezembro de 2023	87.068	102.610	-	-	189.678
Depreciação acumulada:					
Em 31 de Dezembro de 2023	12.156	109	0	-	12.265
Adições	28.873	11.829	1.220	-	41.922
Baixas/Transferência	0	-	0	-	-
Em 31 de Dezembro de 2024	41.030	11.938	1.220	-	54.188
Em 31 de Dezembro de 2022					
Em 31 de Dezembro de 2022	0	0	-	-	-
Adições	12.156	109	-	-	12.265
Baixas/Transferência	0	0	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2023	12.156	109	-	-	12.265

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou variações no saldo do Ativo Imobilizado, conforme detalhado abaixo, abrangendo as rubricas Informática, Máquinas e Equipamentos, Móveis e Utensílios e Aeronaves.

A evolução do imobilizado decorreu de adições, baixas e transferências, refletindo a estratégia da Companhia de atualização tecnológica, otimização de capital e reestruturação operacional. Destacam-se os seguintes movimentos:

Adições: Ao longo do exercício, a Companhia incorporou ativos no montante total de R\$ 11.017.421, sendo relevante a aquisição de aeronaves (R\$ 10.617.500), bem como investimentos em informática, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios, alinhados ao planejamento de expansão e modernização.

Baixas/Transferências: Os ativos alienados ou transferidos somaram R\$ 5.346, referentes principalmente a informática, móveis e utensílios e máquinas, refletindo a venda de ativos obsoletos ou não estratégicos.

Depreciação Acumulada: A depreciação acumulada atingiu R\$ 54.188 em 31 de dezembro de 2024, considerando os registros de adições e baixas, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 27 (Ativo Imobilizado), equivalente ao IAS 16.

A redução de determinados saldos reflete a alienação de ativos que não mais atendiam aos critérios de uso próprio da Companhia ou que foram desinvestidos estrategicamente. Tais alienações implicaram na remoção do custo original e da depreciação acumulada correspondente do balanço patrimonial.

O desinvestimento de ativos imobilizados está alinhado com a estratégia da Companhia, que visa:

Otimização da Estrutura de Capital: Liberação de recursos imobilizados para realocação em áreas estratégicas ou fortalecimento da liquidez.

Redução de Custos Operacionais e de Manutenção: Menor despesa com manutenção, seguros, impostos e depreciação.

Foco no Core Business: Concentração nos ativos essenciais às operações principais, aumentando eficiência e competitividade.

Modernização e Inovação: Recursos provenientes das vendas direcionados a novos equipamentos e tecnologias.

Geração de Ganhos/Perdas de Capital: Resultados não operacionais reconhecidos na Demonstração de Resultados, apurados pela diferença entre valor de venda líquido e valor contábil líquido dos ativos alienados.

A Companhia mantém a avaliação contínua do portfólio de ativos, buscando garantir que a base imobilizada esteja adequada aos objetivos estratégicos de longo prazo, promovendo maior eficiência e retorno sobre o capital investido.

e. OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

A composição das obrigações de curto prazo é como segue:

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Financiamentos e Empréstimos – Banco Sicredi	999.482	1.032.000
Total	<u>999.482</u>	<u>1.032.000</u>

Financiamentos e Empréstimos – Banco Sicredi

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou saldo de R\$ 999.482 em financiamentos e empréstimos junto ao Banco Sicredi, comparado a R\$ 1.032.000 em 31 de dezembro de 2023, evidenciando uma redução do endividamento de curto prazo.

A Companhia segue rigorosamente as diretrizes do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e do CPC 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, assegurando que o reconhecimento, a baixa e a mensuração de passivos financeiros sejam realizados de acordo com o regime contábil aplicável.

A gestão da Companhia adota uma estratégia financeira proativa visando:

Redução do Endividamento Financeiro: A diminuição do saldo de financiamentos contribui para a melhoria da estrutura de capital e da capacidade de endividamento futura.

Otimização de Custos Financeiros: A redução do passivo reduz encargos financeiros futuros, impactando positivamente a Demonstração de Resultados.

Fortalecimento da Liquidez: A redução da dívida proporciona maior flexibilidade de caixa para atender compromissos futuros e suportar investimentos estratégicos.

Melhoria de Indicadores Financeiros: A diminuição do endividamento favorece índices como Dívida Líquida/EBITDA e Índice de Cobertura de Juros.

Posicionamento Estratégico: Reforça a solidez financeira da Companhia e sua capacidade de honrar compromissos, transmitindo maior confiança a investidores e credores.

Este movimento reforça o compromisso da Companhia com a gestão prudente de seus recursos financeiros, garantindo solidez patrimonial e suporte à continuidade de suas operações e estratégias de crescimento.

f. FORNECEDORES

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades. Houve um aumento significativo no exercício de 2023 devido à alta da procura dos produtos oferecidos pela empresa.

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Fornecedores	14.423.079	21.883.621
Total	<u>14.423.079</u>	<u>21.883.621</u>

g. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

A composição do saldo de obrigações sociais e trabalhistas é como segue:

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Retirada Pró-labore	2.513	-
Encargos Sociais e Contribuições a Pagar	78.922	52.663
Total	<u>81.436</u>	<u>52.663</u>

h. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A composição do saldo de obrigações tributárias é como segue:

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
IRRF-PF	112.907	5.587
IRRF-PJ	375	270
PIS/COFINS/CSLL Retido	1.163	837
IRPJ	-	19.161
CSLL	-	10.044
DIFAL	4.802	4.709
Total	<u>119.247</u>	<u>40.608</u>

O saldo total de impostos e contribuições a pagar apresentou aumento relevante em 2024, alcançando R\$ 119.247,00, ante R\$ 40.608,00 em 2023, evidenciando variações significativas nas diferentes obrigações tributárias.

IRRF-PF e IRRF-PJ: O Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Pessoa Física (IRRF-PF) apresentou expressivo acréscimo, totalizando R\$ 112.907,00, frente a R\$ 5.587,00 no exercício anterior, refletindo maior volume de retenções sobre pagamentos a pessoas físicas. O IRRF sobre Pessoa Jurídica (IRRF-PJ) também apresentou leve aumento, de R\$ 270,00 para R\$ 375,00, compatível com o incremento das operações sujeitas à retenção.

PIS, COFINS e CSLL Retidos: As contribuições retidas sobre pagamentos a terceiros totalizaram R\$ 1.163,00 em 2024, comparado a R\$ 837,00 em 2023, indicando maior recolhimento dessas obrigações no período.

IRPJ e CSLL: Não foram registrados saldos a pagar ao final de 2024, diferentemente do exercício anterior (R\$ 19.161,00 e R\$ 10.044,00, respectivamente), evidenciando quitação integral ou utilização de créditos e compensações durante o exercício.

DIFAL: O Diferencial de Alíquotas do ICMS manteve-se praticamente estável, totalizando R\$ 4.802,00, ligeiramente acima dos R\$ 4.709,00 de 2023.

Considerações Gerais: O aumento expressivo em determinadas rubricas reflete o crescimento das operações sujeitas à retenção na fonte e o incremento do volume de transações. A Companhia mantém a apuração de seus tributos em conformidade com a legislação vigente, observando os prazos de recolhimento e compensação aplicáveis.

i. OUTRAS OBRIGAÇÕES A PAGAR

A composição do saldo de outras obrigações a pagar é como segue:

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Adiantamento de Cliente	10.307.688	170.000
Royalties	3.895.216	-
Total	<u>14.202.904</u>	<u>170.000</u>

j. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

j.i. CAPITAL SOCIAL

A composição do saldo do patrimônio líquido como segue:

	<u>31/12/24</u>	<u>31/12/23</u>
Capital Social	50.000	50.000
Reservas de Capital, Ajustes, Resultados	6.479.057	6.542.844
Total	<u>6.529.057</u>	<u>6.592.844</u>

O Patrimônio Líquido da Companhia representa o capital próprio mantido pela entidade e reflete as movimentações ocorridas ao longo do exercício social. Em 31 de dezembro de 2024, o Patrimônio Líquido totalizou R\$ 6.529.057,00, em comparação a R\$ 6.592.844,00 em 31 de dezembro de 2023, registrando uma redução de R\$ 63.787,00 no

período. Essa variação decorre, principalmente, da movimentação nas reservas de capital, ajustes e resultados.

As mutações ocorridas no Patrimônio Líquido durante o exercício de 2024, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (equivalente ao IAS 1), são detalhadas a seguir:

DESCRIÇÃO	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL, AJUSTES, RESULTADOS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO
		LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	
Saldos iniciais em 31/12/2022	50.000,00	-3.089.120,36	0,00	-3.039.120,36
Ajustes Credores de Exercícios Anteriores	0,00	5.623.812,88	0,00	5.623.812,88
Ajustes Devedores de Exercícios Anteriores	0,00	0,00		
Saldos Iniciais Ajustados	50.000,00	2.534.692,52	0,00	2.584.692,52
Lucro Líquido do Exercício	0,00	0,00	4.008.151,87	4.008.151,87
(-) Distribuições de Lucros	0,00	0,00	0,00	0,00
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0,00	4.008.151,87	-4.008.151,87	0,00
Saldo em 31/12/2023	50.000,00	6.542.844,39	0,00	6.592.844,39
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	-22.974,06	0,00	-22.974,06
Saldos Ajustados	50.000,00	6.519.870,33	0,00	6.569.870,33
Prejuízo Líquido do Período	0,00	0,00	-40.813,83	-40.813,83
(-) Distribuições de Lucros	0,00	0,00	0,00	0,00
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0,00	-40.813,83	40.813,83	0,00
Saldo em 31/12/2024	50.000,00	6.479.056,50	0,00	6.529.056,50

Capital Social

O Capital Social da Companhia permaneceu inalterado em R\$ 50.000,00 em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Este valor representa o capital nominal subscrito e integralizado pelos sócios/acionistas da Companhia.

Reservas de Capital, Ajustes e Resultados Acumulados

Esta rubrica compreende as reservas de capital, ajustes de exercícios anteriores e os resultados acumulados, refletindo as mutações ocorridas no Patrimônio Líquido ao longo do exercício social:

Prejuízo Líquido do Exercício de 2024 (R\$ -40.813,83): No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou prejuízo líquido no montante de R\$ 40.813,83. O resultado negativo foi integralmente absorvido pelas Reservas e Resultados Acumulados, reduzindo o saldo da rubrica.

Ajustes de Exercícios Anteriores (R\$ -22.974,06): Durante o exercício foram reconhecidos ajustes de exercícios anteriores, com impacto líquido redutor de R\$ 22.974,06 no Patrimônio Líquido, em atendimento às normas contábeis aplicáveis.

Mutações Internas do Patrimônio Líquido: O resultado apurado no período foi transferido para os Resultados Acumulados, conforme exigido pela legislação societária e normas contábeis vigentes, não havendo destinação de dividendos ou distribuição de lucros no exercício.

Considerações Finais

Ao final de 2024, o Patrimônio Líquido totalizou R\$ 6.529.056,50, ligeiramente inferior ao saldo de R\$ 6.592.844,39 registrado em 2023, refletindo essencialmente o efeito do prejuízo do exercício e dos ajustes de exercícios anteriores. Apesar da redução pontual, a Companhia mantém estrutura patrimonial sólida, com capital próprio suficiente para suportar suas operações.

Apuração de resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

Reconhecimento da Receita Operacional

A receita é reconhecida no momento da emissão da nota fiscal. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Sociedade. A receita é apresentada líquida dos tributos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Sociedade baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Receitas e Despesas Financeiras

Receita financeira: Envolve receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros recebidos de títulos em atraso e descontos recebidos/obtidos. A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o resgate.

Despesas financeiras: Compreendem despesas com juros sobre empréstimos, tarifas bancárias. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição,

construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Distribuição de Lucros

A distribuição de lucros e o pagamento de juros sobre o capital próprio somente são reconhecidos como passivo nas demonstrações contábeis na data de sua efetiva aprovação pelos quotistas.

Impostos de Renda e Contribuição

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos sobre a renda. Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado. O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nos lucros tributáveis, de acordo com a legislação tributária brasileira aplicável ao critério do lucro real, à taxa de 15% de imposto de renda, com adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 60.000 e 9% de contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar.

11. IMOBILIZADO

Avaliados pelo custo original ou custo de mercado, e depreciados pelas taxas estabelecidas na legislação.

12. FINANCIAMENTOS/EMPRESTIMOS

Os financiamentos de bens e empréstimos bancários são mensurados pelo valor principal acrescidos dos juros e taxas incidentes na negociação e reconhecidos conforme pagamentos efetuados por competência.

14. RECONHECIMENTO DAS RECEITAS

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo-se como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

15. RECONHECIMENTO DAS DESPESAS/CUSTOS

Os custos e despesas são registrados no resultado quando incorridos, obedecendo ao regime de competência.

16. CONTIGÊNCIAS PASSIVAS

As contingências passivas são reconhecidas como provisões quando há obrigação presente, com provável saída de recursos e mensuração confiável. Quando a obrigação é apenas possível, são divulgadas em notas explicativas; se remotas, não são registradas. A companhia não possui contingências passivas.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

Técnico em Contabilidade:

Marcio Duarte Bento

CRCMG-075507/O-8

CPF: 042.329.986-75

Administrador:

Sergio Batista Silva de Souza

CPF: 017.755.001.52